



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

MST



[Início](#) [O MST](#) [Nossa Produção](#) [Biblioteca](#) [Vídeos Especiais](#) [Mural](#) [Eu apoio o MST](#)
[Loja da Reforma Agrária](#) [Indicamos](#) [Fale Conosco](#) [RSS](#)

[Início](#)

"Estrutura fundiária brasileira continua inalterada"

22 de fevereiro de 2011

Por Gilberto Costa

Repórter da [Agência Brasil](#)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reconhece com restrições os avanços na questão agrária e na distribuição de renda nos últimos anos. Para **Gilmar Mauro**, da coordenação nacional do Movimento, a evolução ocorreu sem a necessária diminuição da concentração fundiária e a alteração do modelo de exploração do solo o que, para o MST, põe em risco os recursos naturais.

A questão ambiental estará à frente da pauta de mobilização que os trabalhadores rurais terão no primeiro ano do governo Dilma Rousseff e será tema de campanhas de mobilização como a do Abril Vermelho.

Gilmar Mauro garante que, em relação ao governo da primeira presidenta do Brasil, o MST, um dos principais movimentos sociais do país, manterá autonomia.

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista que o líder do MST concedeu à Agência Brasil.

Agência Brasil: O senhor já tem alguma avaliação sobre o governo Dilma?

Gilmar Mauro: Nossa impressão preliminar é a de que o governo Dilma será mais ou menos a continuidade do governo Lula. A expectativa é que se possa, no governo Dilma, avançar mais na reforma agrária, embora os indícios iniciais sejam de que o tema está fora de pauta. Tanto no período eleitoral quanto no pós-eleitoral [mesmo no discurso de posse], o tema da reforma agrária não foi tratado. Historicamente, aliás, nós podemos afirmar que não temos um programa de reforma agrária. O que temos tido, ao longo da história brasileira, são programas de assentamento porque a estrutura fundiária brasileira continua inalterada, ou seja, grandes propriedades, alta concentração fundiária, grandes investimentos no agronegócio como forma de exportação de commodities para equilibrar a balança de pagamentos.

ABr: O lema do novo governo é “País rico é país sem pobreza”. Há relação entre a estrutura fundiária e a questão da pobreza, desigualdade e distribuição de renda?

Gilmar Mauro: O governo Lula avançou numa perspectiva de distribuição de renda com o sistema de bolsa, a elevação do nível de empregos e etc, mas sem mexer na renda dos ricos e sem mexer na estrutura altamente desigual que nós temos no país. Não vejo possibilidade de acabarmos com a pobreza no Brasil sem alterarmos isso. É preciso mexer na renda dos ricos, na riqueza do país, e, especialmente, no patrimônio. No caso, em particular da reforma agrária, [mexer] nas terras que estão servindo e serviram por muito tempo como reserva de especulação e hoje estão sendo utilizadas por grandes transnacionais para gerar lucros.

ABr: Qual a sua expectativa quanto ao relacionamento do governo com os movimentos sociais?

Gilmar Mauro: Por ora, não há nenhum indicativo. Com o MST, não tem nada estabelecido. A gente espera, em um período próximo, fazer reuniões. Temos uma pauta emergencial para discutir com ela [a presidenta Dilma], mas, acima de tudo, temos uma pauta de médio prazo que acreditamos ser uma pauta da sociedade brasileira e tem a ver com o tipo de reforma agrária. Se nós continuarmos com a reforma agrária dentro da lógica de mercado não tem mais sentido. Se pensarmos um outro tipo de utilização do solo, dos recursos naturais, da água, numa perspectiva de preservação para o futuro, evidentemente, a reforma agrária passa a ser uma coisa moderna. Também queremos discutir sobre alimentação. Se a sociedade brasileira quer continuar consumindo alimentos altamente contaminados, então, também não tem sentido uma reforma agrária e uma agricultura familiar fortalecida.

ABr: Mas, atualmente, 70% do que o brasileiro consome vem da agricultura familiar...

Gilmar Mauro: Podemos dizer que sim. Com uma quantidade menor de terras, a agricultura familiar e a média agricultura têm proporcionalmente uma produtividade de alimentação e de geração de empregos infinitamente maior do que a grande produção de exportação. Porém, a pequena propriedade e a média utilizam, em grande medida, todo o pacote tecnológico produzido e monopolizado por grandes grupos de transnacionais. Isso é preciso ser alterado.

ABr: O MST faz muitas críticas ao chamado agronegócio, mas setores dentro do próprio governo reconhecem a importância econômica. O Brasil cada vez exporta menos manufaturados ao passo que se consolida como maior produtor de carne, de frango, de soja, o que tem trazido divisas para o país.

Gilmar Mauro: Nós vivemos o dilema da reprimarização da economia na medida em que passamos a exportar produtos com pouco valor agregado. Para ter uma ideia, em produtos agrícolas processados em grau 1 e grau 2, nós estamos perdendo para a Argentina. Do ponto de vista do equilíbrio comercial, essa exportação, em grande medida, e o mercado internacional em expansão, trazem divisas para o país e equilibram a balança de pagamento. Porém, uma economia não sobrevive com isso, não tem jeito.

ABr: Teremos, neste primeiro ano de governo Dilma, a mobilização do Abril Vermelho?

Gilmar Mauro: Nós vamos continuar fazendo mobilizações para a reforma agrária. Nós queremos uma relação de autonomia com o governo. Um movimento que perde sua autonomia perde a capacidade de fazer política. Uma coisa muito importante é que a reforma agrária não depende mais do MST. A reforma agrária depende de um debate com a sociedade. Se a sociedade brasileira quer continuar dando esse uso que dá ao solo, aos recursos naturais, à biodiversidade e servir a essa lógica que está estabelecida do lucro, de fato, a reforma agrária não vai ter espaço no nosso país. Agora, se a sociedade quer dar um outro uso ao solo e à água, comer outro tipo de comida mirando uma perspectiva de preservação desse patrimônio às futuras gerações, então, de fato, a reforma agrária é uma das coisas mais importantes e por essa razão essa jornada de lutas em abril.

ABr: Das 924 mil famílias assentadas na última década, cerca de 38% não conseguem ter renda de um salário mínimo. A reforma agrária é um bom mecanismo para acabar com a

pobreza?

Gilmar Mauro: Esse número, na verdade, a grande maioria, é de regularizações fundiárias no Norte do país. Isso é um engabelamento que se faz em torno dos números da reforma agrária.

ABr: Para o senhor qual seria o número correto?

Gilmar Mauro: Desapropriação e assentamentos no Brasil são em torno de 400 mil famílias. O restante é regularização. Mais que isso, se uma família desiste de um assentamento, o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] contabiliza a família para quem a terra será destinada como nova família assentada. Isso inflacionou o número de assentamentos e a quantidade de terras que, supostamente, a reforma agrária já possui no país. É um dado que não reflete a realidade.

ABr: E a questão da permanência das pessoas em situação de pobreza nos assentamentos?

Gilmar Mauro: A maioria das áreas desapropriadas está em condições precárias, já foi destruída ambientalmente e a fertilidade do solo é muito baixa. Um assentado, ao entrar numa área dessa, além de estar descapitalizado, precisa, logo no primeiro momento, investir na recuperação do solo. E não há nenhum tipo de recurso, crédito, para esse tipo de investimento. Então, o investimento é arcado pelas próprias famílias. No início dos assentamentos, a produtividade é baixa pela falta de recursos e, principalmente, pela precariedade da situação das terras.

ABr: Mas há recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar para isso, não?

Gilmar Mauro: No último período melhorou a situação dos créditos, mas ainda não é o ideal. Ela não tem produção em escala e, por isso, tem dificuldade. Em todo o mundo a pequena agricultura é subsidiada e, no caso brasileiro, devia ser também. Nós queremos melhorar a situação dos créditos, além de um volume maior, as condições precisam ser modificadas. Para ser considerado um assentamento, a área deveria ter estrada, escola, luz elétrica, casa, recuperação do solo e assim por diante. O que acontece é: quando se estabelece o projeto já se considera assentamento, mas ainda com toda a precariedade.

ABr: E, com relação ao Congresso Nacional, a bancada governista é mais robusta, mas o MST já apontou que o número dos parlamentares ruralistas continua grande e eles estão entre os mais ricos. O que vocês esperam do Parlamento?

Gilmar Mauro: Houve aumento no número dos parlamentares vinculados com o tema da reforma agrária. Isso é importante, é uma situação nova, diferente do último período. A Câmara dos Deputados, no entanto, continua altamente conservadora, mesmo o governo tendo maioria.

ABr: Que pautas serão acompanhadas pelo MST?

Gilmar Mauro: O Código Florestal é um tema que a sociedade deveria discutir muito melhor. É de fundamental importância e o que a gente espera é que não seja aprovado tal qual está. Seria um retrocesso, a abertura para que o agronegócio continue sua expansão de forma indiscriminada. Estou falando como cidadão desse país que está preocupado com o futuro da nossa agricultura, dos recursos naturais, da contaminação. Espero que o Congresso barre esse projeto para evitarmos consequências graves para o futuro da nossa agricultura e do nosso país.

ABr: O senhor expressa grande preocupação com a preservação, mas há dados sobre desmatamento nos assentamentos.

Gilmar Mauro: Nós temos esse problema também nos assentamentos, mas não é generalizado como se tenta dizer. A razão [dos desmatamentos] é simples: ocorre por falta de fiscalização do Incra, por falta de iniciativa do próprio Estado em resolver a situação de precariedade dos assentamentos. O MST não orienta a isso.

ABr: Há algo mais na agenda política que interesse ao movimento?

Gilmar Mauro: Em primeiro lugar, o índice de produtividade, que é uma vergonha. O agronegócio alardeia desenvolvimento tecnológico e quer manter os índices dos anos 1970? É uma contradição. A segunda coisa é o trabalho escravo que nos deixa numa situação delicada internacionalmente. É inadmissível que o Congresso não tenha aprovado ainda a PEC do Trabalho Escravo [Proposta de Emenda à Constituição nº 438] que aponta para o processo de desapropriação das terras. A terceira preocupação é com relação aos alimentos transgênicos. Além da soja, do milho, do algodão, há vários projetos de utilização de transgênicos que, possivelmente, entrarão em pauta no próximo período e que nos preocupa muito porque ainda não há estudos decisivos sobre o tema.

[governo federal Reforma Agrária](#)

Servidores do INCRA e MDA cobram reestruturação

22 de fevereiro de 2011

Carta Aberta

Por [Blog dos Servidores do MDA](#)

O governo federal elegeu a erradicação da miséria no Brasil como prioridade de sua gestão. Miséria que se manifesta das mais variadas formas, apresentando diferentes vertentes, com destaque para a concentração de renda e para o analfabetismo, a manterem boa parte da nossa população a margem do provimento de seus direitos fundamentais assegurados pela Constituição, sumarizados pelo direito à vida com dignidade.

É de enorme importância atacar as causas da miséria e romper com essa deplorável realidade secular, injustificável ante os meios e recursos que possui o Brasil. Há que se pensar, para além das políticas compensatórias, em medidas que aplaquem em definitivo as causas da miséria, a exemplo da estruturação da agricultura familiar e de uma ampla reforma agrária.

As informações relativas à adoção de políticas agrárias pelo Estado até 2010, ratificam a importância do MDA e do INCRA para os processos de ordenamento da estrutura fundiária nacional e de desenvolvimento rural sustentável, tendo como instrumentos a reforma agrária e as ações de suporte ao desenvolvimento das comunidades tradicionais e dos trabalhadores em geral que habitam o meio rural brasileiro.

Porém, o ano de 2011 apenas começou e os servidores do INCRA e MDA olham com desconfiança as primeiras medidas do novo governo. E não é para menos. Sabemos bem o que as palavras "austeridade fiscal", "controlar os gastos públicos", "enfrentar o déficit da previdência", significaram em outros momentos – encobriram a realidade de extrema pobreza; favoreceu o ganho das elites através de mecanismos gerenciais do Estado, como a taxa de juros (as mais altas do mundo); e fomentaram a precarização do serviço público através da restrição dos gastos com políticas públicas e arrocho salarial dos servidores. Esperamos que este não seja o caso. Esperamos que o governo leve em conta o aumento populacional e o crescimento das demandas pela ampliação dos serviços públicos.

Nós servidores do INCRA e MDA, por sua vez, reafirmamos o nosso compromisso com a sociedade, de erradicação da extrema pobreza no meio rural e de estruturação de políticas públicas com valorização dos seus servidores. E defendemos para isso:

- a.. Um Plano Nacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborado conjuntamente com os movimentos sociais e representações do meio rural;
- b.. Estruturação do INCRA e do MDA, com melhorias nas condições de trabalho, ampliação do quadro atual de servidores através de concurso público e recomposição das tabelas remunerativas com isonomia entre os servidores;
- c.. Planejamento e gestão democrática das atividades realizadas no INCRA e MDA.

CNASI (Confederação Nacional dos Servidores do INCRA)
ASSEMBLA (Associação Nacional dos Servidores do MDA)
[governo federal](#) [Incra](#) [MDA](#) [Reforma Agrária](#)

Sem Terra realizam mobilização em prefeitura do Paraná

22 de fevereiro de 2011

*Por Riquieli Capitani
Da Página do MST*

Desde de segunda-feira (21/02), mais de 200 trabalhadores e trabalhadoras do MST, acampados e assentados, estão mobilizados em frente à prefeitura de Renascença, na região Sudoeste do Paraná.

Os Sem Terra cobram infra-estrutura para os assentamentos da região e devem permanecer em frente a prefeitura até conseguir audiência para apresentação das reivindicações ao prefeito do município, José Kresteniuk (PSDB), o governo do estado, e o Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Em pauta estão a instalação de poços artesianos para todas as famílias assentadas; parceria do município na execução do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, para 315 toneladas de alimentos; além da construção de escolas, ginásio de esportes, transporte escolar e melhorias de estradas, em assentamentos e acampamentos de Renascença.

Participam do protesto trabalhadores do assentamento João de Paula e acampamentos Karl Marx, Capinzal, Santa Rita, Setenta, Sete de Setembro e Nova Geração, todos localizados no município.

Com a mobilização, o MST busca o fortalecimento das áreas de Reforma Agrária e o desenvolvimento da região.

Atualmente, ainda existem cerca mil famílias acampadas, na região Sudoeste do Paraná.

[Acampamento e Assentamento Paraná Reforma Agrária Lutas e mobilizações](#)

Assentados protestam contra a seca no Rio Grande do Sul

22 de fevereiro de 2011

*Por Raquel Casiraghi
Da Página do MST*

Cerca de 700 trabalhadores e trabalhadoras rurais dos assentamentos da Reforma Agrária do MST protestam neste momento na rodovia BR 293, no trevo de acesso à cidade de Hulha Negra, na região Sul do Rio Grande do Sul.

Os assentados estão acampados às margens da rodovia e devem permanecer no local por tempo

indeterminado.

O motivo do protesto é a seca que atinge mais de 12 municípios da região e se intensificou em fevereiro. Entre as principais reivindicações dos assentados estão a irrigação das terras para o plantio de fruticultura, produção de alimentos e do leite. Os agricultores pedem também, a construção de cisternas e açudes para o armazenamento de água potável para consumo humano e de animais.

Além disso, os trabalhadores querem a renegociação das dívidas com o Governo Federal e uma ajuda financeira mensal para cada família até a próxima safra, uma vez que não foi possível fazer nenhum tipo de plantio em função da estiagem.

A manifestação tem apoio dos prefeitos e vereadores da região e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de toda a região.

[Agricultura Camponesa](#) [assentamentos](#) [crédito agrícola](#)
[Reforma Agrária Rio Grande do Sul](#) [Lutas e mobilizações](#)

Mídia esconde encerramento da CPMI do MST

22 de fevereiro de 2011

Por Altamiro Borges
[Blog do Miro](#)

O Blog da Redação da Repórter Brasil informou neste final de semana que foi encerrada oficialmente a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). "A instância criada pelos ruralistas para vasculhar as contas do movimento foi coberta com uma pá de cal no último dia 31 de janeiro, sem que o relatório final fosse submetido à votação dos membros da comissão".

Durante meses, a finada CPMI foi capa dos jornalões e assunto predileto dos "calunistas" das emissoras de televisão - com destaque para os comentários sempre venenosos de Willian Waack, âncora da TV Globo. A revista Veja produziu várias "reporcagens" para atacar os movimentos de luta pela reforma agrária. Editoriais foram fartamente usados para atacar caluniosamente o MST por "desvio de recursos públicos".

Silêncio dos jagunços da mídia

Agora, a mesma mídia venal deixa de destacar o enterro formal da CPMI - o que confirma que ela é um instrumento dos latifundiários, muitos deles travestidos de modernos empresários do agronegócio. O que era manchete, virou notinha de roda-pé ou simplesmente foi omitido no noticiário. Josias de Souza, Boris Casoy, Willian Waack e outros inimigos da reforma agrária fazem um silêncio cúmplice - lembram os jagunços do latifúndio.

Conforme relembra o sítio Repórter Brasil, o requerimento que criou a chamada "CPMI do MST" foi apresentado pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) em 21 de outubro de 2009. Seu intento explícito era o de criminalizar a luta pela reforma agrária. O requerimento definia como objetivos:

"Apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária".

Inexistência de provas

"Ao longo das 13 reuniões oficiais, foram ouvidas dezenas de pessoas – de integrantes de entidades e associações que desenvolvem atividades no meio rural a membros das mais diversas pastas do Executivo federal, passando por especialistas na questão agrária. Além das oitivas, o processo contou ainda com apurações paralelas (por meio de requisições de documentos e informação, por exemplo) que constam do plano de trabalho previamente aprovado pela comissão presidida pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE)", descreve o sítio Repórter Brasil.

Ao final dos trabalhos, o deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP) apresentou o relatório final em julho de 2010, no qual frisava a "inexistência de qualquer irregularidade no fato de as entidades [denunciadas pelos idealizadores da CPMI] manterem relações e atenderem público vinculado a movimentos sociais". Restava apenas a votação da peça conclusiva na própria comissão. Mas os propositores originais pressionaram com a ameaça de um voto em separado e conseguiram forçar a prorrogação da CPMI por mais seis meses.

Palanque eleitoral dos ruralistas

Na ocasião, a secretaria nacional do MST divulgou nota em que repudiou a manobra e enquadrou a CPMI como uma tentativa ruralista "para barrar qualquer avanço da reforma agrária, fazer a criminalização dos movimentos sociais, ocupar espaços na mídia e montar um palanque para a campanha eleitoral". Enquanto isso, o vice-presidente da comissão (Onyx) declarava que, se confirmada a prorrogação dos trabalhos até janeiro de 2011, haveria condições de provar que o governo utilizou dinheiro público para financiar ações do movimento.

"O prazo da prorrogação chegou ao fim, no final de janeiro, sem que nada mais fosse votado ou discutido. Em tempo: a confirmação do encerramento formal da CPMI do MST surge no bojo do anúncio da decisão unânime da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), que determinou o trancamento do processo instaurado contra integrantes do MST, acusados da prática de crimes durante a ocupação da Fazenda Santo Henrique/Sucocitrico Cutrale entre agosto e setembro de 2009, mesma época em que foi articulada a ofensiva contra os sem-terra que veio a dar origem à comissão".

Veja o texto do Blog da Redação da Repórter Brasil, na íntegra:

Acabou

*Por Blog da Redação da [Repórter Brasil](#)
Publicado em 18 de fevereiro de 2011*

Foi formalmente encerrada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A instância criada pelos ruralistas para vasculhar as contas do movimento foi coberta com uma pá de cal no último dia 31 de janeiro, sem que o relatório final fosse submetido à votação dos membros da comissão.

Apresentado pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) em 21 de outubro de 2009, o requerimento que criou a CPMI do MST assim definia seus objetivos: "apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários,

investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária”.

Ao longo das 13 reuniões oficiais, foram ouvidas dezenas de pessoas – de integrantes de entidades e associações que desenvolvem atividades no meio rural a membros das mais diversas pastas do Executivo federal, passando por especialistas na questão agrária. Além das oitivas, o processo contou ainda com apurações paralelas (por meio de requisições de documentos e informação, por exemplo) que constam do plano de trabalho previamente aprovado pela comissão presidida pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE).

Cumprido o previsto, o deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP) apresentou o relatório final em julho de 2010, no qual frisava a “inexistência de qualquer irregularidade no fato de as entidades [denunciadas pelos idealizadores da CPMI] manterem relações e atenderem público vinculado a movimentos sociais”. Restava apenas a votação da peça conclusiva na própria comissão. Mas os propositores originais pressionaram com a ameaça de um voto em separado e conseguiram forçar a prorrogação da CPMI por mais seis meses.

Na ocasião, a secretaria nacional do MST divulgou nota em que repudiou a manobra e enquadrou a CPMI como uma tentativa ruralista “para barrar qualquer avanço da reforma agrária, fazer a criminalização dos movimentos sociais, ocupar espaços na mídia e montar um palanque para a campanha eleitoral”. Enquanto isso, o vice-presidente da comissão (Onyx) declarava que, se confirmada a prorrogação dos trabalhos até janeiro de 2011, haveria condições de provar que o governo utilizou dinheiro público para financiar ações do movimento. Um recurso contra o modo como a CPMI ganhou sobrevida foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), mas a sua colega Kátia Abreu (DEM-TO) tratou de indeferir o pedido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), já em outubro de 2010.

O prazo da prorrogação chegou ao fim, no final de janeiro, sem que nada mais fosse votado ou discutido. Em tempo: a confirmação do encerramento formal da CPMI do MST surge no bojo do anúncio da decisão unânime da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), que determinou o trancamento do processo instaurado contra integrantes do MST, acusados da prática de crimes durante a ocupação da Fazenda Santo Henrique/Sucocitríco Cutrale entre agosto e setembro de 2009, mesma época em que foi articulada a ofensiva contra os sem-terra que veio a dar origem à comissão.

- [Destaque CPMI Criminalização Reforma Agrária](#)

Em defesa do Código Florestal e da produção de alimentos

14 de fevereiro de 2011

A Via Campesina Brasil reforça sua posição contrária ao projeto do deputado Aldo Rebelo, que só interessa à bancada ruralista e às empresas transnacionais.

Os movimentos da Via Campesina conclamam a todos para se manifestarem contra o projeto de revisão do Código, que será votado na segunda quinzena de março.

[Leia aqui mais documentos a respeito da posição da Via Campesina e do MST.](#)

Leia também: **[Cientistas criticam novo Código Florestal](#)**, com posição da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) e Academia Brasileira de Ciências (ABC).

1. Conhecendo o Código Florestal Brasileiro

O Código Florestal Brasileiro foi criado em 1934 e foi atualizado em 1965. É importante nós entendermos como estava o nosso país naquele período: aumento da população das cidades localizadas na mata atlântica, onde ainda existiam grandes áreas de floresta; desmatamento da mata para expansão das plantações de café nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; corte de espécies nobres para madeira, como a Araucária nos estado do Paraná e Santa Catarina.

Lembremos também que esse era um período de grandes lutas populares, além de importantes revoluções e expansão do socialismo pelo mundo. Portanto, apesar de ter sido aprovado no primeiro ano da ditadura, o Código Florestal foi concebido em um ambiente progressista. Menos de um ano antes foi lançado o Estatuto da Terra, outra lei importante, que tratava da Reforma Agrária e que possuía caráter progressista.

Assim, o Código Florestal foi escrito preocupado com o desmatamento, mas em uma realidade que muito se fala sobre a Reforma Agrária e sobre como a lei deveria obrigar que os latifundiários produzissem de forma sustentável. É com o Código Florestal que se inicia o debate da função social da propriedade, que hoje está garantida em nossa constituição federal. A função social diz que toda propriedade deve ser produtiva, empregar os trabalhadores de forma justa e manter o meio ambiente.

A primeira coisa que o Código diz é que todas as florestas são bens de interesse comum da sociedade brasileira. Isso quer dizer que o cuidado com as florestas está acima de qualquer interesse privado. A propriedade da terra permite que ela seja usada pelo agricultor, mas a sociedade brasileira tem um interesse que obriga esse agricultor a ter uma parte de sua terra com florestas.

O Código Florestal cria a Reserva Legal (RL), uma parcela da propriedade rural que deve ser dedicada ao uso sustentável da floresta. Isso quer dizer que a área deve ser explorada. O que se pode fazer lá? Pode tirar madeira, lenha, óleo, semente, frutos. Pode também ter espécies frutíferas. Mas tudo tem que ser feito de acordo com um planejamento, chamado Manejo Sustentável. O que não pode? Cortar toda a madeira de uma vez só, no que se chama “corte raso”. No caso da Amazônia, 80% da propriedade rural deve ser reserva legal, enquanto no cerrado que está na Amazônia Legal (partes do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins) a RL é de 35% da propriedade e no resto do país é de 20%. Ou seja, uma propriedade com 100 hectares na Amazônia tem que utilizar 80 hectares de sua área de forma sustentável, e no Cerrado a mesma propriedade tem que utilizar 20 hectares desta maneira.

Outro tema do Código Florestal são as Áreas de Preservação Permanente (APPs). Essas áreas são as florestas que estão nas margens dos rios, represas e nascentes, nas ribanceiras muito inclinadas e no topo dos morros. Elas são locais frágeis, onde podem ocorrer erosão, por exemplo. As florestas, com suas raízes profundas, seguram os solos e ajudam a água a entrar na terra, abastecendo os lençóis freáticos. Muitas das catástrofes que temos visto nestes últimos anos, com as enchentes e deslizamentos de terras em todas as partes do país, têm a ver com justamente com a destruição das florestas das APPs.

Mesmo sendo frágeis, essas áreas também podem ser exploradas pela agricultura camponesa, segundo a atual legislação. Não pode é como a Reserva Legal, porque na APP não pode tirar madeira nem lenha – não pode derrubar nenhuma árvore ou arbusto. Mas pode tirar frutos, sementes, óleos, criar abelha... enfim, uma diversidade de produtos podem sair da APP!

E no caso das áreas onde a floresta foi desmatada, mas mesmo assim é APP e RL? O Código Florestal permite, para a agricultura camponesa, a utilização de sistemas agroflorestais para a

recuperação dessas áreas. Sistemas agroflorestais são plantios com vários cultivos anuais, juntamente com árvores nativas. Assim, nos primeiros três anos, uma RL degradada pode ter plantio de feijão, milho e mandioca e, no meio das ruas, o plantio de espécies nativas de cada bioma. Assim, enquanto está recuperando a mata, o agricultor e a agricultora podem tirar sua renda. Depois dos três anos, a renda já pode vir de outras espécies, principalmente as frutíferas, da apicultura, do palmito... enfim, do que puder ser aproveitado do sistema agroflorestal.

Como podemos ver, o Código Florestal não é inimigo da agricultura camponesa. Ao contrário, ele garante que nós, agricultores e agricultoras camponesas, possamos garantir nossa renda com mais segurança, pois não ficamos dependendo de um único produto. Para se ter uma idéia, no ano de 2008 o agroextrativismo, que é a exploração sustentável da floresta (com produtos madeireiros e não-madeireiros) gerou, no Brasil, 4 bilhões de reais. Isso sem nenhuma política pública, sem nenhum apoio do Estado brasileiro.

Além disto, o Código Florestal garante a qualidade das terras camponesas para as gerações futuras, nossos filhos e netos. As florestas ajudam a adubar os solos, evitar erosões, preservar as nascentes e os riachos. Além disto, são abrigo para insetos e pássaros, inimigos naturais de várias pragas que atacam nossas lavouras. E ainda são importantes para a nossa própria alimentação, principalmente devido aos frutos, raízes e sementes regionais, assim como as incontáveis plantas medicinais que da floresta tiramos.

O Código Florestal é adversário do agronegócio, que precisa desmatar todas as espécies para implantar a monocultura e aplicar uma imensa quantidade de veneno. É impensável para o agronegócio conseguir produzir em sistemas diversificados, conservando áreas de florestas e fazendo sistemas agroflorestais. E para o agronegócio a vida do solo pouco importa. Após esgotar totalmente o solo, o latifundiário ou a empresa transnacional vende aquela propriedade e parte para outra região, fazendo a fronteira agrícola andar. Deixa para trás a destruição do solo, o envenenamento dos rios e a morte de toda a floresta e seus animais.

2. O agronegócio e suas motosserras: a destruição do Código Florestal Brasileiro

Em 2008 o agronegócio decidiu convocar seus representantes no Congresso, a chamada bancada ruralista. O objetivo era claro: ligar as motosserras e destruir o Código Florestal. Atacaram também dentro do governo federal, por meio do Ministério da Agricultura e ainda com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que fez o trabalho de mobilização nos estados.

Embora o Código Florestal seja uma lei inovadora e sensível à realidade da agricultura camponesa, sabemos que a repressão por parte da polícia ambiental e das secretarias de meio ambiente nos estados sempre foi grande, principalmente contra nós. Enquanto o agronegócio continuava desmatando, o agricultor camponês era multado por ter aproveitado uma árvore que caiu com um vendaval. Além disto, sempre foi falado para nós que as áreas de reserva legal e APP eram intocáveis, era do IBAMA, do INCRA, deveriam ser cercadas e nunca deveriam ser utilizadas.

Além disto, não podemos nos esquecer dos lugares onde milhares de famílias foram estimuladas a desmatar. Esse é o caso, por exemplo de Rondônia, onde a família, ao receber a terra de um projeto de colonização, recebia também uma motosserra. A família ganhava um hectare de terra para cada hectare desmatado! Pouco tempo depois, esse mesmo Estado que incentivou o desmatamento veio obrigar as famílias a recuperarem as áreas, sem qualquer apoio do poder público.

Toda essa realidade fez com que muitos camponeses, em diversas partes do país, se revoltassem contra o Código Florestal. Entretanto, como vimos nas primeiras páginas, o problema não é da lei! Quando uma lei é favorável ao povo, as elites logo procuram formas de impedir que ela seja

aplicada e, ao mesmo tempo, fazem com que ela seja executada de forma totalmente errada, para que o povo a veja como um problema.

Sabendo dessa insatisfação por parte dos camponeses, a CNA fez diversos eventos nos estados, falando mentiras para os agricultores e escondendo os benefícios do Código Florestal. Incentivaram os camponeses a se aliarem aos grandes proprietários na luta contra a legislação que supostamente prejudica a agricultura. Essa tática da CNA funcionou principalmente com os camponeses que não estão articulados pelos movimentos sociais em suas regiões.

No Congresso, os ruralistas garantiram a criação da Comissão Especial do Código Florestal em junho de 2009, que deveria elaborar uma proposta que será submetida à votação no plenário da Câmara. Após muita articulação dos ruralistas, a presidência dessa comissão ficou com um dos líderes deles, o deputado Moacir Michelleto, do PMDB do Paraná. Já o responsável por escrever a proposta foi o deputado do PC do B de São Paulo, Aldo Rebelo.

Durante quase um ano, a comissão ouviu muitas pessoas, a maioria representantes do agronegócio e de universidade e EMBRAPAs vinculadas aos ruralistas. O deputado Aldo Rebelo assumiu a defesa do agronegócio brasileiro, dizendo que quem quer conservar a natureza são os países de fora. O deputado, que se diz comunista, abraçou com toda a força a causa dos ruralistas, elegendo como inimigo as entidades ambientalistas e os movimentos sociais que se opusessem à mudança do Código Florestal.

A comissão realizou também 19 visitas a cidades em várias partes do país, para fazer audiências públicas e ouvir a opinião local sobre o código florestal. O curioso é que as cidades selecionadas foram justamente as que são referência do agronegócio, como Imperatriz (MA) e Ribeirão Preto (SP). Em muitas delas houve manifestações populares a favor do Código, mas em nenhum momento esses manifestantes foram recebidos pela Comissão, que só queria ouvir os latifundiários. Em Ribeirão Preto, por exemplo, mais de 80 entidades e centenas de pessoas fizeram uma audiência pública paralela, denunciando a farsa da Comissão.

O resultado final da Comissão, portanto, não poderia ser outro. O relatório apresentado pelo deputado Aldo Rebelo foi aplaudido de pé pelos ruralistas e vaiado pelos movimentos sociais, camponeses e ambientalistas. A forma apaixonada com que o deputado defendeu a pauta dos ruralistas acabou deixando-o do lado dos partidos que sempre foram dos latifundiários: PMDB, PP, PTB. Contra o relatório do deputado, ficaram três partidos: PSOL, PV e PT.

3. E o que então tem de ruim no relatório do deputado Aldo Rebelo? Vamos dar uma olhada nos principais pontos:

- Anistia completa para todas as multas aplicadas por desmatamento de APP e RL. Essas multas, no total, são de R\$ 10 bilhões e na sua imensa maioria são do agronegócio, principalmente dos setores da soja, pecuária, cana-de-açúcar, café e celulose. O relatório não poderia ser mais claro: o crime compensa para o agronegócio;

- As áreas desmatadas continuarão a ser exploradas da mesma forma que hoje, até que os órgãos estaduais de meio ambiente criem um Programa de Regularização Ambiental (PRA). Como sabemos, esses órgãos não possuem estrutura nem funcionários suficientes, sendo difícil que esses tais PRAs fiquem prontos nos próximos anos. Assim, o agronegócio, que planta soja e cana até a beira do rio, que planta eucalipto em cima de nascente e derrubou floresta para colocar gado, poderá continuar do mesmo jeito, sem ninguém incomodar;

- As áreas de topo de morro não serão mais protegidas (no atual Código elas são APPs). Os topos de

morro são áreas muito importantes para os lençóis freáticos, pois quando chove é lá que a água entra no solo e abastece esses rios subterrâneos. Além disso, a vegetação dos topos de morro evitam os deslizamentos, que cada vez estão mais frequentes nas grandes cidades, mas que também acontecem na zona rural;

- As reservas legais poderão ser compensadas em qualquer parte do bioma onde está a propriedade original. Explicando melhor: uma propriedade de 100 hectares no Goiás deve ter, pela lei atual, 20 hectares de reserva legal. Pela proposta do deputado Aldo Rebelo, essa propriedade pode ficar sem reserva legal, desde que tenha outra área do mesmo tamanho da RL necessária em qualquer um dos 13 estados do bioma cerrado;

- A recuperação da Reserva Legal poderá ser feita com até com 50% de espécies exóticas. Ou seja, os grandes proprietários poderão fazer plantios de eucalipto e outras árvores para celulose. Outra possibilidade é a introdução da Palma Africana, palmeira que produz óleo para o biodiesel e que é explorada por transnacionais na Ásia, sendo responsável por altos índices de desmatamentos lá;

- Todas essas modificações atingem diretamente a função social da propriedade. Com essas alterações, propostas pelo deputado Aldo Rebelo, praticamente não há mais crime ambiental em latifúndios. Não haverá, caso a proposta seja aprovada no plenário da Câmara dos Deputados, mais possibilidade de desapropriação de áreas por problemas ambientais;

- Para a agricultura camponesa, o deputado guardou um presente de grego: liberou as pequenas propriedades da obrigação de terem RL. Como sabemos, a floresta tem uma grande importância para as propriedades camponesas. Elas ajudam no clima local, na manutenção dos riachos, na adubação do solo e na prevenção de erosões. Se as propriedades camponesas abandonarem a RL, em 10 a 20 anos suas terras estarão esgotadas e os córregos e nascentes que existirem poderão secar. O deputado parece se esquecer que, diferente do agronegócio - que grila terras em um local e depois de sugar a última gota de vida daquele solo o vende e vai para outra área, avançando a fronteira agrícola - a agricultura camponesa permanece na mesma terra por gerações, precisando que ela continue fértil, com água e sem erosões ou deslizamentos;

Agora o relatório do deputado Aldo Rebelo, aprovado na Comissão Especial do Código Florestal, vai para o plenário da Câmara dos Deputados, onde será colocado em votação para os 513 deputados, no mês de março. Depois, ele deve ser aprovado no Senado Federal e, por fim, pela presidente da República.

4. A proposta da agricultura camponesa para a melhora do Código Florestal e nossos próximos passos nessa luta

É claro que, como toda lei, o Código Florestal pode ser melhorado. A Via Campesina fez lutas ao longo do ano de 2009 para garantir essas melhorias, que não precisavam de alteração da lei. Vejamos quais foram as conquistas da Via Campesina com relação ao aperfeiçoamento do Código Florestal:

- Manejo Florestal da Reserva Legal: o manejo sustentável é a exploração da floresta de forma que ela se mantenha em pé. Para um estudo mais aprofundado, essas questões são tratadas na Instrução Normativa nº 04/09, do Ministério do Meio Ambiente. Os principais pontos são:

- - Retirada de até 15 m³ de lenha por ano e 20 m³ de madeira a cada três anos, para consumo interno na família, sem necessidade de autorização da secretaria de meio ambiente ou IBAMA. Se a madeira ou lenha for ser transportada, será necessária a autorização;
- - Onde o campo é nativo (como nos Pampas ou em algumas partes do Cerrado), a reserva legal pode ser composta desse tipo de vegetação.

- Recuperação de APP e RL. Para um estudo mais aprofundado, esse tema é tratado na Instrução Normativa 05/09, do Ministério do Meio Ambiente. Os principais pontos são:

- - Tanto para a recuperação de APP quanto para a recuperação de RL é permitida a prática de sistemas agroflorestais, como explicado nas primeiras páginas desse nosso estudo. Nos três primeiros anos, o agricultor pode plantar adubação verde ou culturas anuais (feijão, milho, mandioca, arroz), junto com as espécies nativas. Apenas para a agricultura camponesa, na RL também podem ser plantadas frutíferas exóticas (laranja, café, maçã) ou plantas madeireiras exóticas (eucalipto, teca, espécies de outros biomas)

Entretanto, não essas atualizações não são suficientes. Para garantir que o Código Florestal tenha sua execução aliada à produção de alimentos saudáveis pela agricultura familiar, além de uma possibilidade de geração de renda com produtos madeireiros, a Via Campesina reivindica outras atualizações e uma série de políticas públicas. Vamos conhecer mais de perto nossas reivindicações:

Averbação da Reserva Legal – Somente para a agricultura camponesa, a legalização da reserva legal deve ser simplificada. O processo simplificado deve ser feito com base em um desenho (croqui) feito pela própria família, que deve conter a localização da propriedade e onde será a reserva legal. Todo o georreferenciamento, que é feito com máquinas de GPS, deve ser responsabilidade dos órgãos estaduais de meio ambiente, e o procedimento deve ser gratuito. A averbação não deve ter qualquer relação com os cartórios, pois muitas propriedades camponesas não possuem sua terra regularizada ainda;

Políticas Públicas:- Fomento para a recuperação das RLs e APPs. Esse programa deve ter dinheiro para produção de alimentos livres de agrotóxicos nos primeiros anos de implantação dos SAFs, aquisição de sementes de adubação verde, além de recursos para cercamento, onde for necessário. Não é aceitável qualquer proposta de crédito, visto que a pressão dos juros pode prejudicar os projetos;

- Programa de produção e aquisição de mudas e sementes. Este programa deverá disponibilizar dinheiro para construção de viveiros e criação de coletivos de coleta de sementes. Também deverá contar com um sistema parecido com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde as famílias produtoras poderão vender suas mudas para o governo (como a CONAB, no caso do PAA), as quais serão distribuídas para as áreas que deverão ser recuperadas;

- Qualificação da assistência técnica em sistemas agroflorestais e em manejo florestal comunitário;

- Garantia de comercialização (PAA e Merenda Escolar) para os produtos gerados da exploração sustentável da APP e da RL. Também deve ser aplicado um bônus para os produtos da RL e APP, assim como hoje o PAA garante um bônus para os produtos agroecológicos;

- Pagamento por serviços ambientais: As famílias que mantiverem suas florestas em pé devem receber um recurso financeiro pelos serviços ecológicos que essas florestas prestam à sociedade como um todo, seja limpando o ar de poluentes, seja garantindo os recursos hídricos.

Todas essas medidas podem ser tomadas sem nenhuma alteração no Código Florestal. A única alteração necessária é atualizar a definição de “pequena propriedade”, que está na lei atual, para a definição de criada pela Lei da Agricultura Familiar, o que terminaria com todos os problemas do Código para nós, agricultores camponeses

Entretanto, sabemos que não será fácil garantir essas conquistas, principalmente porque os ruralistas querem manter o Código como vilão da agricultura. Por isso, esse próximo período será de lutas articuladas com entidades ambientalistas, sindicatos e com a sociedade urbana como um todo.

Esse é um importante momento para fazermos o debate com a sociedade sobre os modelos em disputa na agricultura brasileira. De um lado, o modelo do agronegócio, que transformou o Brasil no maior consumidor de agrotóxicos do mundo, que defende o trabalho escravo, que é contra o Código Florestal e as florestas. Do outro, a agricultura camponesa, que produz o alimento que a sociedade brasileira come todos os dias, que garante a conservação da natureza e que vem caminhando rumo a agroecologia.

Movimentos sociais da Via Campesina Brasil - Brasília, fevereiro de 2011

- 1. Comissão Pastoral da Terra- CPT**
- 2. Conselho Indigenista Missionário- CIMI**
- 3. Movimento dos Atingidos por Barragens- MAB**
- 4. Movimento dos Pequenos agricultores- MPA**
- 5. Movimento dos Pescadores e Pescadoras- MPP**
- 6. Movimento das Mulheres Camponesas- MMC**
- 7. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST**
- 8. Pastoral da Juventude Rural - PJR**
- 9. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil- FEAB**
- 10. Federação dos Estudantes de Engenharia Florestal- ABEEF**

- [Destaque Código Florestal](#)



Últimas notícias

22 de fevereiro de 2011

- [Transnacionais fazem do país campeão no uso de agrotóxicos](#)

21 de fevereiro de 2011

- [MST ocupa sede da usina Ariadnópolis](#)
- [No MA, fazendeiro impune e lavrador despejado](#)
- [Sem Terra se reúnem em Minas Gerais](#)

18 de fevereiro de 2011

- [Deputado afirma seu compromisso com o povo](#)
- [Movimentos do campo se reúnem com governador de Alagoas](#)
- [Defensores populares se formam em São Paulo](#)

17 de fevereiro de 2011

- [Famílias Sem Terra são ameaçadas de despejo em MG](#)
- [Preso mais um acusado de matar trabalhadores no Maranhão](#)
- [Cientistas criticam novo Código Florestal](#)
- [Ministra ataca relatório de Aldo](#)

15 de fevereiro de 2011

- [MST denuncia venda de lotes em Mato Grosso há 15 anos](#)
- [Professor da UnB discorda de manipulação da CNA](#)

14 de fevereiro de 2011

- [Transgênicos rendem um bilhão para as transnacionais](#)
- [Embrapa recebe R\\$ 5,9 milhões da Monsanto](#)
- [Seis anos depois do assassinato de Dorothy, conflitos continuam](#)
- [O amaranto inca devora a Monsanto](#)

12 de fevereiro de 2011

- [Assembléia dos Movimentos Sociais](#)

11 de fevereiro de 2011

- [Olga Benario Prestes: um exemplo para os jovens de hoje](#)
- [Fazendeiro cobra até lona de barraco dos trabalhadores](#)

[Mais Notícias](#)



Assine a revista e o jornal do Movimento Sem Terra



Expressão Popular: livros bons, de boa qualidade, a preço de custo



Blog da Rede de Comunicadores pela Reforma Agrária

Amigos do MST no exterior:



Revista



[Fev/Mar - 2010](#)

Jornal



[Nov/Dez - 2010](#)

Por que ser Marighellista?

Número: 54

Fev/Mar

2010

Ricardo Gebrim*

Carlos Marighella combinou os diversos talentos como quadro organizador, propagandista e agitador. Foi um dirigente partidário, um comandante guerrilheiro, um teórico e dono de uma coerência capaz de assumir todas as consequências de seus atos. Como bom militante, seus textos foram elaborados para enfrentar problemas e desafios concretos que se colocavam para a luta popular. Como revolucionário dedicou-se em cada tarefa que a revolução apresentou: tribuno parlamentar na Assembleia Constituinte; agitador em comícios e assembleias, redator de panfletos e artigos, editor, organizador sindical, formador de quadros, guerrilheiro e teórico militar.

Enfrentou a tortura, supremo tormento que aflige todo o militante, e escreveu “Se fores preso camarada!”, orientando como se deve comportar ante o inimigo. Baleado pela ditadura, soube converter a tragédia numa ação de agitação e propaganda desmascarando o regime. Colocado ante o desafio das armas escreveu um texto que até hoje é estudado por academias militares pelo mundo. Caçado como “inimigo público número um da ditadura militar”, com a foto estampada em cartazes e revistas por todo o país, vivenciou todas as técnicas da clandestinidade, a privação do convívio com o filho e a família até a emboscada dos que se iludiram que podiam eliminá-lo.

Herói revolucionário

Como se vê, são muitos os resgates possíveis de Marighella para os atuais lutadores populares e para os do futuro. Quase impossível não se perder ante tantas possibilidades. Começemos pelo resgate mais forte. Carlos Marighella é um herói. A força do herói é à força da coerência.

Assumir as consequências, por maiores que surjam, para defender o direito à verdade. O mito do herói tem um poder de sedução dramática flagrante e, apesar de menos aparente, uma importância psicológica profunda para qualquer grupo humano.

Em cada circunstância histórica a imagem reconstruída do herói toma formas particulares que correspondem às necessidades do indivíduo ou grupo humano enfrentadas num dado momento. Este resgate tem sido um elemento fundamental na estratégia revolucionária dos povos.

Marx diria de outra forma, com seu estilo inigualável: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre os cérebros dos vivos como um pesadelo. E mesmo quando estes parecem ocupados a revolucionar-se, a si e às coisas, mesmo a criar algo de ainda não existente, é precisamente nessas épocas de crises revolucionárias que esconjuram temerosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem de combate, a sua roupagem, para, com esse disfarce da velhice venerável e essa linguagem emprestada, representar a nova cena da história universal” .

Essa "ideia-força" tem suscitado muitas reflexões. Martí, o autor intelectual da Revolução Cubana, Sandino, o General dos Homens Livres renascido na Revolução Sandinista, Zapata empunhado como bandeira no levante das selvas mexicanas que estragou a festa comemorativa do início do Nafta, Bolívar cuja espada foi ousadamente resgatada numa ação guerrilheira e depois devolvida, renascendo no processo revolucionário venezuelano e na construção da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba).

Em cada um destes processos, quando parecíamos ocupados em revolucionar-se, a si e às coisas, mesmo a criar algo de ainda não existente, tomamos emprestados as roupagens, nomes e palavras de ordem de combate dos espíritos do passado. Nestes casos, os novos revolucionários apenas tomaram emprestado as “roupagens, nomes e palavras de ordem”?

Não é tão simples quanto pode aparentar uma primeira reflexão. José Martí foi mesmo o autor intelectual da Revolução Cubana como revela Fidel Castro em seu Relatório ao 1º Congresso do Partido Comunista de Cuba e a construção da luta guerrilheira de Augusto César Sandino foi muito mais que uma inspiração para os jovens construtores da Frente Sandinista de Libertação Nacional como explicou Carlos Fonseca. Zapata confere uma necessária unidade na luta do povo mexicano enquanto projeto revolucionário. Tampouco é casual que o processo revolucionário venezuelano tenha como principal dirigente um militar que passou anos ministrando aulas aos cadetes sobre o pensamento de Bolívar.

Em nenhum destes casos os novos revolucionários tiveram que falsificar uma história. Muito menos a utilizaram como simples máscara encobrindo o que já pretendiam fazer. Em todos, recolheram ensinamentos que lhes permitiram enfrentar os problemas do presente e conferir um sentido como a continuidade do passado. Estes ensinamentos existiam e contribuíram de forma decisiva para o enfrentamento de desafios políticos e militares surgidos em circunstâncias bem distintas da época em que foram formulados.

O elemento comum nestes casos é que o resgate dos ensinamentos não se limitou a buscar obter respostas diretas para perguntas que jamais poderiam ter se colocado no passado, mas tiveram a inventividade de obter respostas indiretas nos elementos essenciais que caracterizavam as idéias. Os novos sandinistas estudaram o pensamento de Sandino, suas táticas, organização e erros. Apropriaram-se dos valores éticos e dos conceitos políticos.

Extraíram inúmeros ensinamentos que permitiram enfrentar problemas do presente, mas, simultaneamente, a luta revolucionária os obrigou a reinventar o sandinismo, muito vezes conferindo-lhe novos significados.

Inspiração na luta

Importa é que sem mesmo entender os motivos, intuímos que necessitamos do exemplo de nossos heróis. Invocálos em nossa mística para que possamos nos sentir sua continuidade, tomar emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem de combate, a sua roupagem.

Uma resposta simples é que talvez nos ajudem a enfrentar o fantasma da inevitabilidade da morte e este seja o verdadeiro sentido de perceber-se um elo de sua continuidade. Seria tão somente nossa maneira simbólica de sermos eternos. Contudo, vimos que não são apenas roupagens e nomes. Em cada episódio revolucionário os heróis resgatados contribuíram com a força de suas idéias, quase sempre traduzindo o caminho para o problema central a ser enfrentado pelos novos revolucionários. Não pela mera repetição de seus atos e propostas, mas pela reinvenção que possibilitaram.

Cada geração copia e reproduz sua predecessora até onde seja possível. Mas suas construções, ainda que se defrontando com novos desafios, mesmo implicando na transformação fundamental do próprio passado, continuam necessitando reproduzi-lo, mesmo quando o intuito central é transformá-lo. Aqui é preciso estabelecer o vínculo com o atual momento e os desafios colocados para os lutadores do povo. Enunciemos a questão: mais do que antes precisamos nos fortificar. Enfrentar os anos da ofensiva neoliberal nos debilitaram profundamente. Enfrentamos o desafio de reconstruir o horizonte e a força social da revolução a partir das poucas e valiosas energias que sobreviveram e suportaram a maior crise ideológica da história da luta pelo socialismo.

A década de 90, marcada pela resistência, consumiu muitas energias para sobreviver ideologicamente. Neste momento, olhamos para o futuro e apontamos um novo período histórico se abrindo. Nossa construção, pacientemente edificada nos últimos anos, precisa reconhecer-se, reencontrar sua identidade e, principalmente a energia resultante deste encontro. Eis

porque é fundamental resgatar a contribuição teórica, a coerência e o exemplo persistente de Carlos Marighella.

No debate sobre o caráter da revolução, das alianças estratégicas, da definição do centro da tática, dos conceitos organizativos de um instrumento político revolucionário, encontraremos contribuições teóricas extremamente atuais. O legado de Marighella a ser resgatado e reinventado hoje é a capacidade de concentrar-se na conquista do poder, enfrentando as impossibilidades, por maiores que se coloquem, sem desviar um milímetro deste objetivo.

Os que persistem no objetivo da construção do Projeto Popular, enfrentando uma conjuntura prolongadamente adversa, apostando na construção organizativa por meio do exemplo pedagógico, já são marighellistas, ainda que não tenham esta consciência. Resgatar Carlos Marighella é parte da paciente e complexa construção da revolução brasileira. Percorrendo esse caminho encontraremos conceitos e exemplos que tem muito a nos ensinar.

*Advogado e militante da Consulta Popular

- [Criminalização da luta social](#)

◁ [Marighella - Uma vida revolucionária acima Criminalização da luta social](#) ▷

- [Versão para impressão](#)

Seções



[Página Inicial](#)

[Destaque](#)

[Editorial](#)

[Reportagens](#)

[Assinaturas](#)

[Onde Comprar](#)

[Fale Conosco](#)

[Edições da Revista](#)

Sem Terrinha em ação



Número:
308
Nov/Dez
2010

"Há que se cuidar do broto, para que a vida dê frutos!"

Número:
308
Nov/Dez
2010

Setores de Educação e Comunicação

Cuidar do broto, da vida. Talvez este seja o principal sentido das ações desenvolvidas pelas crianças do MST. A Jornada Nacional das Crianças Sem Terrinha se tornou uma cultura dentro do Movimento. Desde 1994, buscamos desenvolver encontros que se tornam momentos de muita mística para toda a organização. As crianças se envolvem desde a preparação até a realização. A Jornada não se tornou importante expressão das crianças no Movimento, mas sim, ao longo do tempo, uma importante expressão do próprio Movimento.

Leia mais

- ["Há que se cuidar do broto, para que a vida dê frutos!"](#)
- [Casas em mutirão, vida melhor para assentados](#)
- [Edição 28 - Sem Terrinha - Quanto mais gente, mais bonito fica o grito](#)
- [Neoliberalismo se apropria da idéia de “inclusão” para privatizar a educação](#)
- [O exemplo revolucionário do Almirante Negro](#)
- [O papel da assistência técnica nos assentamentos](#)
- [Por um desenvolvimento popular dos assentamentos](#)
- [“Nosso desafio é ser uma escola da classe trabalhadora”](#)

◁ [Crescemos somente na ousadia acima "Há que se cuidar do broto, para que a vida dê frutos!"](#) ▷

[Início](#) » [Jornal Sem Terra](#) » [Sem Terrinha em ação](#)

"Há que se cuidar do broto, para que a vida dê frutos!"

Número:

308

Nov/Dez

2010

Setores de Educação e Comunicação

Cuidar do broto, da vida. Talvez este seja o principal sentido das ações desenvolvidas pelas crianças do MST. A Jornada Nacional das Crianças Sem Terrinha se tornou uma cultura dentro do Movimento. Desde 1994, buscamos desenvolver encontros que se tornam momentos de muita mística para toda a organização. As crianças se envolvem desde a preparação até a realização. A Jornada não se tornou importante expressão das crianças no Movimento, mas sim, ao longo do tempo, uma importante expressão do próprio Movimento.

O mês de outubro é hoje uma referência de luta das crianças Sem Terrinha. De uma luta feita com a seriedade e o jeito que as crianças têm de fazer as coisas. Se para criança a “brincadeira é coisa séria”, é brincando que se faz a luta no mês de outubro. Em 2010, podemos arriscar dizer que a Jornada Sem Terrinha foi uma das principais ações que o MST realizou em nível nacional. Foram 14 estados, com o número aproximado de 15 mil crianças mobilizadas em todo o Brasil. Outros dois estados – Bahia e Pernambuco – planejam realizar encontros estaduais.

A luta deste ano seguiu o mesmo lema dos últimos anos, que ainda é muito atual: “Por Escola, Terra e Dignidade”. Os estados pautaram junto às autoridades locais: infraestrutura para escolas já existentes nos assentamentos, construção de escolas onde ainda não existe, construção de parques infantis, construção e ampliação de bibliotecas nas áreas, melhoramento das estradas dos assentamentos e outras demandas localizadas.



Encontro Estadual dos Sem Terinhas do Rio de Janeiro (Foto: Rafael Torres/EPJJV-Fiocruz)

RJ – O 13º Encontro Estadual dos Sem Terrinha foi realizado na Escola Politécnica Joaquin Venâncio, da Fiocruz, e teve a participação de 200 crianças de todo o estado. Recebeu ainda a visita e participação de mais de 30 crianças da comunidade de Manguinhos, da Região Metropolitana.

ES – O 8º Encontro Estadual dos Sem Terrinha reuniu 250 crianças e jovens das escolas de assentamentos no município de São Mateus. Durante o encontro, as crianças apresentaram uma pauta de reivindicação na prefeitura, que perpassou construção e manutenção das escolas, qualidade da merenda escolar, garantia do ensino para jovens e adolescentes nos assentamentos.

RN – O 5º Encontro Estadual dos Sem Terrinha reuniu 350 crianças e 150 educadores. No último dia, uma marcha correu as ruas de Ceará Mirim. A manifestação foi encerrada com a leitura da carta dos Sem Terrinha. Depois, o documento foi entregue à Câmara Municipal e à prefeitura.

MS – Duas brigadas realizaram encontros, reunindo mais de 500 crianças.

CE – Cerca de 500 crianças se mobilizaram em encontros das brigadas no estado.

PB – O 7º Encontro Estadual dos Sem Terrinha reuniu 400 crianças, com atividades durante três dias. Os principais objetivos do encontro foram debater as diretrizes da educação do campo, construindo coletivamente com os Sem Terrinha, educadores e comunidades o projeto da escola do campo desejada pelos trabalhadores rurais, discutir os direitos das crianças e adolescentes, além de proporcionar a comunicação entre os Sem Terrinha das diversas regiões do estado, sendo um espaço de lazer e diversão para as crianças Sem Terra.

SC – Os 300 Sem Terrinha que estiveram no 5º Encontro Estadual das crianças participaram de várias oficinas, de dança, teatro, 'contação' de história, confecção de brinquedos, xadrez e pintura. Nas noites, foram realizadas sessões de cinema.

SP – Foram três dias de muita mística, brincadeiras, oficinas, apresentações culturais, dias de conhecer novas pessoas, de trocar experiências. Também de conversar sobre coisa séria, estudar e exigir que os direitos das crianças de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária sejam cumpridos. Foi com essa perspectiva de luta que uma marcha, seguida de um ato na Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, finalizou o 4º Encontro Estadual das crianças Sem Terrinha de São Paulo.



Encontro Estadual dos Sem Terinhas de São Paulo (Foto: Marina Tavares)

MA – Durante uma semana, jovens e crianças realizaram a 1º Jornada da Infância e da Juventude, na cidade de Açailândia. As atividades foram encerradas com uma manifestação que reuniu 400 jovens e crianças, que percorreram em marcha as principais ruas da cidade e realizaram um ato na praça principal.

PR – Cerca de 4 mil crianças participaram dos encontros regionais das brigadas do estado.

DF – 200 crianças de dois assentamentos se reuniram no encontro regional.

RS – Uma visita às comunidades pobres do Morro Santa Teresa, em Porto Alegre, foi um dos diferenciais do 14º Encontro Estadual dos Sem Terrinha.

Cerca de 500 crianças de todo o RS subiram o morro no dia 12, para conhecer a realidade da periferia urbana. O encontro foi marcado por brincadeiras, oficinas e também pela luta pela reabertura das escolas nos acampamentos, as chamadas escolas itinerantes.

PA – Cerca de 900 crianças participaram do encontro em Belém, que teve como tema “Por escola e alimentos saudáveis”.

MG - Foram realizados encontros em duas regiões, no Vale do Rio Doce e no Norte.

[< Sem Terrinha em ação acima Casas em mutirão, vida melhor para assentados >](#)

Seções



[Página Inicial](#)
[Editorial](#)

[Destaque](#)
[Entrevista](#)
[Artigo](#)
[Estados](#)
[Realidade Brasileira](#)
[Assinaturas](#)
[Fale Conosco](#)
[Edições do Jornal](#)

